

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026

CONTRATANTE (UASG) 102103 - EP

OBJETO

Aquisição de ferramentas manuais e elétricas (consumo)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 26.193,79 (vinte e seis mil, cento e noventa e três reais e setenta e nove centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 20/08/2026

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

09h00

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item/menor preço por grupo-lote

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Link: www.usp.br/licitacoes



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	8
6. DA FASE DE JULGAMENTO	12
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	14
8. DOS RECURSOS	16
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	17
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	19
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	19



ESCOLA POLITÉCNICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Processo SEI nº 154.00008978/2026-21

Torna-se público que a Universidade de São Paulo, por meio da **ESCOLA POLITÉCNICA DA USP**, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de ferramentas manuais e elétricas (consumo), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em GRUPOS/LOTES e por itens não agrupados, conforme tabela constante no Termo de Referência. Os licitantes deverão oferecer proposta para todos os itens que compõem os grupos, bem como para os itens avulsos.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
 - 2.1.1. Os interessados, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa nº 03/2018, mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Para **os lotes 01 a 09 e itens avulsos**, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
 - 2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).
- 2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.
- 2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.
- 2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
- 2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.
- 2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante.
- 2.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 2.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. Será permitida a participação de:

- 2.8.1. cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 2.8.1.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007.
- 2.8.2. pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 2.8.2.1. Fica vedada a participação de empresa consorciada, na presente licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do artigo 15, inciso IV, da Lei federal nº 14.133/2021.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

- 2.9. O impedimento de que trata o subitem **2.5.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens **2.5.2** e **2.5.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea.
- 2.13. A vedação de que trata o item **2.5.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **7.1.1** e **7.13.1** deste Edital.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
 - 3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.
 - 3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
 - 3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
 - 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

- 3.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
- 3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens **3.4** ou **3.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **3.11** possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 4.1.1. **Valor unitário e total** do item.
 - 4.1.2. **Marca e modelo.**
 - 4.1.3. Fabricante, quando aplicável.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
 - 4.7.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
 - 4.7.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
 - 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
 - 4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
 - 4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item anterior.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário** do item.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 0,5 (meio por cento)**.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

- 5.11.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **5.13**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

- 5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar no sistema.
- 5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
 - 5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
 - 5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
 - 5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
 - 5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
 - 5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
 - 5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.
 - 5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.
 - 5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

- 5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.
- 5.21.2.2. empresas brasileiras.
- 5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- 5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes, para um mesmo item, em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- 5.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido pela Administração.
- 5.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.22.4. O resultado da negociação, se houver, será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, observando, inclusive, as disposições do item **6.10.** do edital.
- 5.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **2.5** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF.

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

6.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>).

6.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

6.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

6.2. A consulta ao cadastro especificado no subitem **6.1.4.** será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a melhor proposta que:

6.7.1. conter vícios insanáveis.

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta de preços; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **10%** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste Edital e no termo de Referência, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nativos digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.

7.5.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico (§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

7.5.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital (§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.11.2. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.11.3. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, no caso de centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.11.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **7.13.1**.

7.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [<https://www.gov.br/compras/pt-br>] ou mediante solicitação formal via e-mail: licitacao.poli@usp.br

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Observadas as disposições da Resolução USP nº 8548/2023, que integra este Edital, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.leginf.usp.br>, comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa, praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, em especial:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra.

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

9.1.5. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei.

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

9.1.6.4. apresentar declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, em qualquer momento do certame, mesmo após o encerramento da fase de lances.

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da extinção do instrumento contratual:



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

9.2.1. Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.2.2. Multa calculada em percentual de 2% a 30% sobre o valor respectivo indicado nos artigos 4º, 8º e 9º, da Resolução USP nº 8548/2023, conforme o caso, observadas as demais disposições da mencionada normativa.

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial, observadas as disposições do art. 26, alínea “b” – Resolução USP nº 8548/2023.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa (art. 156, §7º).

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **9.1.1**, **9.1.2** e **9.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **9.1.4**, **9.1.5**, **9.1.6**, **9.1.7** e **9.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **9.1.1**, **9.1.2** e **9.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem **9.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados (art. 156, §9º).

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: licitacao.poli@usp.br

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.usp.br/licitações].

11.11. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do certame, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

11.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.12.1. ANEXO I - Termo de Referência

11.12.2. ANEXO II – Proposta Comercial

11.12.3. ANEXO III – Orientações sobre a retenção de imposto de renda

11.12.4. ANEXO V - Declaração de Retirada de Material em Garantia

São Paulo, 20 de julho de 2026

Gilberto Francisco Martha de Souza

Diretor da Escola Politécnica da USP



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA - FORNECIMENTO - PREGÃO

ESCOLA POLITÉCNICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Processo SEI nº 154.00008978/2026-21

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de ferramentas manuais e elétricas (consumo) nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote	Item	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	01	Esmerilhadeira Angular 4. 1/2" Pol. 850W 220V Profissional e Ergonômica Alimentação: Elétrica Diâmetro do disco (mm): 115 Diâmetro do disco (polegadas): 4.½ Potência (W): 850 Rotação máxima (rpm): 11000 Tipo da Esmerilhadeira: Angular Voltagem: 220V Peso Máximo: 2.50 kg Profundidade Máxima: 30.00 cm Altura: 11.00 cm Largura: 13.00 cm Garantia do fabricante: 12 meses Padrão de tomada: estabelecido pela norma ABNT NBR 14136.	601425	unidade	01	R\$ 389,68	R\$ 389,68
	02	Serra Mármore à Seco 4.3/8 Pol. 1.300W 220V com 02 Discos Alimentação Elétrica Tensão Elétrica 220V Potência 1300 W Frequência 60 Hz Material a ser Trabalhado Azulejo, Cerâmica, Granito e Mármore Tipo do Motor com Escovas de Carvão Rotação 13000,00 rpm Diâmetro do Disco em Milímetro 110,00 mm	270709	unidade	01	R\$ 415,85	R\$ 415,85



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

		Profundidade do Corte em Milímetros 32,00 mm Intensidade de Uso Frequente até 8hs/dia Peso do Produto 2,90 Kg Conteúdo da Embalagem 1 Chave, 1 chave allen e 2 discos de corte Garantia do Fabricante 12 meses Padrão de tomada: estabelecido pela norma ABNT NBR 14136.					
01	03	Detector de Tensão AC 90 -1000V Detector de tensão; Alimentação: 2 pilhas 1,5V tipo AAA; Dimensões: 160(A) x 20(L) x 20(P) mm; Peso: Aprox. 55g; Indicação de tensão luminosa e sonora; Tensão de Operação: 90V a 1000V AC; Frequência de Operação: 48Hz a 62Hz; Indicador de tensão: LED e buzina; Estar de acordo com a categoria IV 1000V de instalação conforme a norma IEC61010.	636533	unidade	07	R\$ 162,84	R\$ 1.139,88
	04	Alicate Amperímetro Digital 1000A AC/DC CAT IV 600V Display LCD/Contagem: 3 5/6 Dígitos 6000 contagens Colorido; Categoria de Segurança: CAT IV 600V; True RMS: AC; Corrente DC: 60/600/1000A; Corrente AC: 60/600/1000A; Tensão DC: 600m/6/60/600/1000V; Tensão AC: 600m/6/60/600/750V; Resistência: 600/6k/60k/600k/6M/60M; Temperatura: -20°C a 1000°C; Capacitância: 10n/100n/1000n/10µ/100µ/1000µ/10m/100 mF; Frequência: 10~10MHZ; Frequência de rede: Sim; Duty Cycle: Sim; Continuidade e Diodo: Sim; Barra Gráfica: Sim; Lanterna: Sim; Congelamento de Leitura: Data Hold; Máx.-Mín-Méd-Rel: Máx./Mín./Rel; Filtro de frequência: VFD; Loz: Sim;	623915	unidade	05	R\$ 1.043,08	R\$ 5.215,40



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

		InRush: Sim; Detecção de tensão sem contato: NVC; Live: Sim; Auto desligamento: Sim; Indicador de Bateria: Sim; Precisão básica: 2,5%; Alimentação: 3x1,5V AAA; Dimensões (mm) / Peso (g): 235x85x48/340; Abertura de Garra: 40mm; Diâmetro do Condutor: 36mm; Mudança de Faixa: Automática/Manual; A precisão é dada como $\pm$(% da leitura + número de dígitos menos significativos) para 23~05°C se não especificado de outra forma e umidade relativa <80%. Especificação válida para 10% a 100% da faixa medida. Ciclo de calibração recomendado de 1 ano. Estar de acordo com a norma IEC/ EN 61010-1, IEC/ EN 61010-2-032, IEC/EN 61010-2-033, CAT III 1000V / CAT IV 600V e possuir certificação CE ou em conformidade comprovada com as normas técnicas nacionais equivalentes (ABNT/INMETRO). Como determinado pela norma de segurança NR-10.					
02	05	Jogo de Soquetes Sextavados 3/8" (26 Peças)  Material: Aço Cromo-Vanádio (CrV) 50CrV4 de alta resistência. Acabamento: Cromado e polido (facilita a limpeza e resiste à oxidação). Perfil: Sextavado com tecnologia Surface Drive (atua nos flancos do parafuso, evitando espanar as quinas). Catraca: Mecanismo de 72 dentes para ângulo de retoma de 5°, permitindo trabalho em locais confinados. Cabo bicomponente ergonômico.	636940	jogo	3	R\$ 449,08	R\$ 1.347,24



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

		Maleta: Polietileno de Alta Densidade (PEAD) com fechos metálicos. Jogo composto por: - 18 Soquetes sextavados 3/8": 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 24mm - 2 Soquetes para vela 3/8": 16 – 21mm - 1 Catraca reversível 3/8" - 2 Extensões 3/8": 75 – 150mm - 1 Cabo T 3/8" - 1 Junta universal 3/8" - 1 Adaptador 3/8 x 1/4" Quantidade: 03 Jogos Mínimo de 12 meses de garantia contra defeitos de fabricação, dada a natureza do uso severo em manutenção predial. Marca de Referência de qualidade e resistência dada a natureza do uso severo em manutenção predial: Gedore Red					
06		Jogo de Chaves de Fenda e Phillips (10 Peças) Haste: Aço Cromo-Vanádio-Molibdênio, temperada em toda sua extensão. Ponta: Fosfatizada e magnetizada, com usinagem de precisão para ajuste perfeito no fixador. Cabo: Formato trilobular (ergo-torque) injetado em material resistente a óleos e solventes. Segurança: Atendimento à norma DIN ISO 2380 (fenda) e 8764 (Phillips). Jogo de chave de fenda e phillips composto por: - 1x Chave de fenda ponta chata 1/4x4" - 1x Chave de fenda ponta chata 1/4x6" - 1x Chave de fenda ponta chata 3/16x4" - 1x Chave de fenda ponta chata 3/16x6" - 1x Chave de fenda ponta cruzada 1/4x4" - 1x Chave de fenda ponta cruzada 1/4x6" - 1x Chave de fenda ponta cruzada 3/16x4" - 1x Chave de fenda ponta cruzada 3/16x6" - 1x Chave de fenda toco ponta chata 1/4x1.1/2" - 1x Chave de fenda toco ponta cruzada 1/4x1.1/2" Quantidade: 08 Jogos	389282	jogo	8	R\$ 79,82	R\$ 638,56



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

		Mínimo de 12 meses de garantia contra defeitos de fabricação, dada a natureza do uso severo em manutenção predial. Marca de Referência de qualidade e resistência dada a natureza do uso severo em manutenção predial: Vonder					
	07	Jogo de Chaves Hexagonais (Allen) Longas (28 Peças)  Material: Aço liga S2 (superior ao CrV comum), garantindo maior resistência à torção sem quebra. Perfil: Extremidade longa com perfil esférico (Ball End), permitindo inclinação de até 25° em relação ao eixo do parafuso. Acabamento: Oxidado (preto) com tratamento antiferrugem. Grade: Escala completa em milímetros (1.5 a 10mm) e polegadas (1/16" a 3/8"). Jogo composto por 28 peças sendo de: 1,5mm; 2mm; 2,5mm; 3mm; 4mm; 5mm; 6mm; 7mm; 8mm; 9mm; 10mm; 11mm; 12mm; 14mm; 1/16"; 5/64"; 3/32"; 1/8"; 9/64"; 5/32"; 3/16"; 7/32"; 1/4"; 5/16"; 3/8"; 7/16"; 1/2"; 9/16". Quantidade: 02 Jogos Mínimo de 12 meses de garantia contra defeitos de fabricação, dada a natureza do uso severo em manutenção predial. Marca de Referência de qualidade e resistência dada a natureza do uso severo em manutenção predial: Gedore	636701	jogo	2	R\$ 380,10	R\$ 760,20
	08	Jogo de Chaves Combinadas - um lado boca e outro lado estrela (6 a 22mm)	633640	jogo	3	R\$ 213,09	R\$ 639,27



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

		 Construção: Lado estrela com perfil Unit Drive (distribuição uniforme de força). Ângulo: Cabeça da chave estrela inclinada a 15° para proteção das juntas dos dedos. Material: Aço Gedore-Vanadium ou equivalente, forjado e temperado. Jogo composto por 17 peças sendo de: 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22 mm. Quantidade: 03 Jogos Mínimo de 12 meses de garantia contra defeitos de fabricação, dada a natureza do uso severo em manutenção predial. Marca de Referência de qualidade e resistência dada a natureza do uso severo em manutenção predial: Gedore					
03	09	Alicate Universal Isolado 8"  Norma: Certificação compulsória VDE e atendimento à NBR IEC 60900. Isolamento: Cabo com proteção para 1.000V em corrente alternada e 1.500V em corrente contínua. Corte: Mandíbulas com têmpera por indução (dureza de 61-63 HRC), capaz de cortar arame duro (piano) de até 2.0mm. Geometria: Zona de preensão para materiais chatos e redondos. Quantidade: 05 Unidades	614570	unidade	5	R\$ 59,60	R\$ 298,00



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

	Mínimo de 12 meses de garantia contra defeitos de fabricação, dada a natureza do uso severo em manutenção predial. Marca de Referência de qualidade e resistência dada a natureza do uso severo em manutenção predial: Gedore					
10	Alicate de Bico Longo 6.1/2" Isolado  Tipo: Meia-cana longo com ranhuras transversais para maior aderência. Segurança: Testado individualmente sob tensão de 10.000V para garantir isolamento de 1.000V (VDE). Uso: Ideal para montagem de painéis elétricos e dobra de condutores rígidos. Quantidade: 05 Unidades Mínimo de 12 meses de garantia contra defeitos de fabricação, dada a natureza do uso severo em manutenção predial. Marca de Referência de qualidade e resistência dada a natureza do uso severo em manutenção predial: Corneta	410870	unidade	5	R\$ 430,92	R\$ 2.154,60
11	Alicate de Corte Diagonal 6.1/2" Isolado  Mecânica: Articulação reforçada que reduz o esforço manual em até 20% (tecnologia Power Cut).	336881	unidade	5	R\$ 314,20	R\$ 1.571,00



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

		Corte: Arestas de corte de precisão para fios macios e duros. Material: Forjado em aço especial, temperado em óleo. Quantidade: 05 Unidades Mínimo de 12 meses de garantia contra defeitos de fabricação, dada a natureza do uso severo em manutenção predial. Marca de Referência de qualidade e resistência dada a natureza do uso severo em manutenção predial: Gedore					
	12	Alicate universal  Tipo: alicate universal, com ponta dentada, isolado; Comprimento total (tamanho): 8 polegadas; Material do corpo: aço cromo vanádio; Tratamento térmico: têmpera no corpo e gume de corte; Segurança: com conformidade às normas NBR 9699 e NR10, isolado para até 1.000 V em corrente alternada; Empunhadura: ergonômica, antideslizante, confeccionada em material anti-chamas, com abas de proteção; Adequado para puxar, prender, enrolar, deformar e cortar arames e chapas; O fornecimento deverá contemplar a entrega, garantia mínima de 12 meses contra defeitos pelo fabricante, com fornecimento das instruções de operação e conservação.	328217	unidade	01	R\$ 52,68	R\$ 52,68
	13	Alicate de corte	336881	unidade	01	R\$ 68,04	R\$ 68,04



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

	 Tipo: alicate isolado de corte diagonal; Comprimento total (tamanho): 6 polegadas; Material do corpo: aço cromo vanádio; Tratamento térmico: têmpera no corpo e gume de corte; Segurança: com conformidade às normas NBR 9699 e NR10, isolado para até 1.000 V em corrente alternada; Empunhadura: ergonômica, antideslizante, confeccionada em material anti-chamas, com abas de proteção; Adequado para cortar e desencapar fios e cabos elétricos; O fornecimento deverá contemplar a entrega, garantia mínima de 12 meses contra defeitos pelo fabricante, com fornecimento das instruções de operação e conservação.					
14	Alicate de bico  Tipo: alicate de bico meia cana reta, isolado; Comprimento total (tamanho): 6 polegadas; Material do corpo: aço cromo vanádio;	354551	unidade	01	R\$ 69,53	R\$ 69,53



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

	Tratamento térmico: têmpera no corpo e gume de corte; Segurança: com conformidade às normas NBR 9699 e NR10, isolado para até 1.000 V em corrente alternada; Empunhadura: ergonômica, antideslizante, confeccionada em material anti-chamas, com abas de proteção; Adequado para puxar, cortar, segurar e dobrar fios; O fornecimento deverá contemplar a entrega, garantia mínima de 12 meses contra defeitos pelo fabricante, com fornecimento das instruções de operação e conservação.					
15	Kit de 3 alicates para eletrônica  Contendo 01 alicate universal de 8", 01 alicate de bico de 6" e 01 alicate de corte de 6"; corpo em cromo vanádio ou aço carbono niquelado com tratamento térmico; cabo isolado com borracha antiderrapante; isolação 1000V;	621084	unidade	06	R\$ 149,53	R\$ 897,18
16	Chave Inglesa Ajustável 12"  Mecânica: Rosca sem fim de precisão com ajuste suave e sem folgas laterais na mandíbula móvel.	636736	unidade	3	R\$ 144,30	R\$ 432,90



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

	Escala: Medição a laser no corpo (polegadas e mm). Material: Liga de aço de alto desempenho com acabamento fosfatizado. Quantidade: 03 Unidades Mínimo de 12 meses de garantia contra defeitos de fabricação, dada a natureza do uso severo em manutenção predial. Marca de Referência de qualidade e resistência dada a natureza do uso severo em manutenção predial: Gedore					
17	Chave Grifo 10" (Modelo Heavy Duty - Tipo Americana)  Construção e Material: Fabricada com corpo em ferro fundido nodular de alta resistência e mandíbulas em aço liga de alta performance, forjadas e temperadas termicamente. Mecânica de Precisão: Deve possuir rosca de regulagem recartilhada com acabamento zincado, permitindo ajuste suave e rápido sem travamentos. Diferenciais Técnicos: Mordentes com dentes endurecidos por indução, projetados em ângulos opostos para garantir um travamento instantâneo e seguro em tubos e conexões. Acabamento em pintura eletrostática resistente a solventes. Norma de Referência: Atendimento aos requisitos da norma GGG-W-651, Tipo II, Classe A. Quantidade: 03 Unidades Mínimo de 12 meses de garantia contra defeitos de fabricação, dada a natureza do uso severo em manutenção predial. Marca de Referência de qualidade e resistência dada a natureza do uso severo em manutenção predial: Gedore	409621	unidade	3	R\$ 125,14	R\$ 375,42
18	Chave Grifo 14" Industrial (Corpo em Alumínio)	240207	unidade	3	R\$ 233,50	R\$ 700,50



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

		 Material de Alta Performance: Corpo fabricado em liga de alumínio especial, proporcionando redução de peso de até 40% em relação ao ferro fundido, sem perda de resistência mecânica (ideal para uso prolongado). Mandíbulas: Gancho de mandíbula forjado em aço liga de alta resistência, flutuante, com escala de abertura gravada a laser no corpo. Capacidade Técnica: Abertura nominal superior a 2" (50mm). Projetada para suportar altos torques em tubulações hidráulicas e de gás sem sofrer deformação plástica. Padrão: Ferramenta de linha profissional/industrial para regime de trabalho severo. Quantidade: 03 Unidades Mínimo de 12 meses de garantia contra defeitos de fabricação, dada a natureza do uso severo em manutenção predial. Marca de Referência de qualidade e resistência dada a natureza do uso severo em manutenção predial: Gedore					
04	19	Trena Profissional 5m  Fita: Largura mínima de 25mm para garantir "stand-out" (extensão rígida sem dobrar) de pelo menos 2,3 metros.	393216	unidade	3	R\$ 68,30	R\$ 204,90



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

	Revestimento: Camada de Nylon ou Mylar sobre a graduação para máxima durabilidade contra abrasão. Gancho: Ponta autocompensável para medições internas e externas, com triplo rebite. Quantidade: 03 Unidades Mínimo de 12 meses de garantia contra defeitos de fabricação, dada a natureza do uso severo em manutenção predial. Marca de Referência de qualidade e resistência dada a natureza do uso severo em manutenção predial: DeWalt.					
20	Trena de 3 metros Comprimento da trena: 3 m Largura da fita: maior que 13 mm Graduação da trena: mm/pol. Material da fita: Aço Revestimento da fita da trena: Pintado Acabamento da fita da trena: Brilhante Classe de precisão: Classe II Material da caixa da trena: ABS de alta resistência Sistema de trava da trena: Botão Peso Máximo de 140g Sistema Métrico (padrão no Brasil, expresso em metros, centímetros e milímetros)	393216	unidade	20	R\$ 29,17	R\$ 583,40
21	Nível de Plástico 16" (400mm) com Régua e 3 Bolhas  Material do Corpo: Fabricado em polímero (plástico) de alto impacto, leve e resistente à oxidação e quedas. Comprimento: 16 polegadas (400 mm). Capacidade de Medição: Equipado com 3 ampolas (bolhas) de leitura precisa, permitindo medições em: Horizontal (Nível); Vertical (Prumo); 45º Graus. Diferenciais: Possui régua graduada em milímetros e polegadas injetada no próprio	633368	unidade	3	R\$ 28,30	R\$ 84,90



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

		corpo da ferramenta, facilitando marcações rápidas. Estrutura com orifício para armazenamento (pendurar em painéis de ferramentas). Quantidade: 03 Unidades Mínimo de 12 meses de garantia contra defeitos de fabricação, dada a natureza do uso severo em manutenção predial. Marca de Referência de qualidade e resistência dada a natureza do uso severo em manutenção predial: Vonder					
05	22	Arco de Serra 12"  Arco: Tensão da lâmina de até 25.000 PSI para cortes retos e precisos. Cabo frontal texturizado para apoio da segunda mão. Quantidade: 03 Unidades Mínimo de 12 meses de garantia contra defeitos de fabricação, dada a natureza do uso severo em manutenção predial. Marca de Referência de qualidade e resistência dada a natureza do uso severo em manutenção predial: Gedore	311040	unidade	3	R\$ 131,93	R\$ 395,79
	23	Lâminas Bi-Metal 12"  Lâminas: Estrutura bimetálica (corpo elástico e dentes em aço rápido HSS) com 24 dentes por polegada (TPI). Quantidade: 20 Unidades Mínimo de 12 meses de garantia contra defeitos de fabricação, dada a natureza do uso severo em manutenção predial.	313532	unidade	20	R\$ 15,28	R\$ 305,60



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

		Marcas de Referência de qualidade e resistência dada a natureza do uso severo em manutenção predial: Starrett, Bosch, Makita.					
06	24	Jogo de Brocas Aço Rápido (HSS-TiN)  Fabricadas em Aço rápido HSS (High Speed Steel), um tipo de aço com alto teor de carbono e outros elementos de liga, que proporciona maior dureza e resistência ao desgaste, permitindo perfurações mais rápidas e precisas; HSS-TiN: Ponta com afiação Split Point (DIN 1412 C) que evita o "caminhar" da broca no início do furo. Revestimento de Nitreto de Titânio. Jogo composto por 10 peças sendo brocas de: 1,2,3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 mm. Quantidade: 05 Jogos Mínimo de 12 meses de garantia contra defeitos de fabricação, dada a natureza do uso severo em manutenção predial. Marca de Referência de qualidade e resistência dada a natureza do uso severo em manutenção predial: Makita.	400916	jogo 7 unidade	5	R\$ 102,87	R\$ 514,35
	25	Jogo de Brocas de Vídea   Vídea: Ponta de Metal Duro (Carbide) soldada por brasagem em alta	442620	jogo	5	R\$ 39,68	R\$ 198,40



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

		temperatura, corpo com canal duplo para rápida extração de pó. Jogo composto por 5 peças sendo brocas de: 4, 5, 6, 8 e 10 mm Quantidade: 05 Jogos Mínimo de 12 meses de garantia contra defeitos de fabricação, dada a natureza do uso severo em manutenção predial. Marca de Referência de qualidade e resistência dada a natureza do uso severo em manutenção predial: Makita.					
	26	SDS Plus (Ponteiros e Brocas)  Encaixe: Sistema de troca rápida SDS+ com tratamento térmico na zona de impacto para não deformar o martelo. Geometria: Brocas com pontas em cruz (4 cortes) para evitar travamento ao atingir vergalhões dentro do concreto. Jogo composto por 17 peças, sendo: 12 Brocas SDS Plus: 1x 5x110mm, 6x110mm, 8x110mm, 10x110, 6x160mm, 8x160mm, 10x160mm, 12x160mm, 8x210mm, 10x210mm, 12x260mm, 14x260mm; 2 Ponteiros: 1x Ponteiro 140mm; 1x Ponteiro 250mm; - 3 Talhadeiras: 1x Talhadeira 140x200mm; 1x Talhadeira 250x20mm; 1x Talhadeira Larga 40x250mm. Quantidade: 05 Jogos Mínimo de 12 meses de garantia contra defeitos de fabricação, dada a natureza do uso severo em manutenção predial. Marcas de Referência de qualidade e resistência dada a natureza do uso severo em manutenção predial: Makita ou Dewalt	480123	jogo 10 unidade	5	R\$ 396,61	R\$ 1.983,05
07	27	Bicos de Graxa (Válvulas) com 4 Castanhas (1/8" NPT)	625331	unidade	6	R\$ 17,72	R\$ 106,32



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

						
	Vedação e Fixação: Acoplador hidráulico com sistema de 4 castanhas de aço temperado, que garantem fixação rígida no pino graxeiro e evitam o vazamento de graxa sob alta pressão. Material: Corpo em aço zincado de alta dureza para evitar deformação nas roscas e faces de contato. Válvula Interna: Sistema interno de retenção por esfera e mola para impedir o retorno da graxa e a entrada de contaminantes após a lubrificação. Compatibilidade: Rosca fêmea padrão 1/8" NPT, compatível com a bomba descrita no item 28 e demais equipamentos pneumáticos. Quantidade: 06 Unidades Mínimo de 12 meses de garantia contra defeitos de fabricação, dada a natureza do uso severo em manutenção predial.					
28	Bomba de Graxa Manual de Alavanca (Capacidade 2kg) 	469994	unidade	1	R\$ 320,59	R\$ 320,59
	Estrutura e Cabeçote: Cabeçote fabricado em alumínio fundido sob pressão ou aço reforçado, com válvula de purga de ar para eliminação de bolhas e bocal de enchimento. Mecanismo de Pressão: Alavanca de acionamento em aço com manopla ergonômica emborrachada. Deve gerar					



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

		pressão de trabalho mínima de 4.000 a 6.000 PSI. Acessórios Inclusos: Mangueira flexível de alta pressão (mínimo 300mm) e bico acoplador hidráulico de 4 castanhas. Diferencial: Reservatório de 2kg com sistema de compactação da graxa por mola de alta compressão, garantindo o aproveitamento total do lubrificante. Quantidade: 01 Unidade Mínimo de 12 meses de garantia contra defeitos de fabricação, dada a natureza do uso severo em manutenção predial.					
08	29	Chave Hidráulica Multifuncional 8 em 1  Material do Corpo: Fabricada em ABS de alta resistência com textura antiderrapante, garantindo leveza e firmeza no manuseio, mesmo com as mãos molhadas. Capacidade de Encaixe: o Compatível com porcas de tamanhos: 20mm, 23mm, 27mm, 34mm e 40mm. o Possui inserções metálicas (liga de alumínio/zinco) para maior resistência ao torque em porcas plásticas e metálicas. Extrator de Rosca Quebrada: Acompanha acessório para remoção de pontas de rosca danificadas. Nível de Bolha Integrado Dimensões: Comprimento aproximado de 250mm a 300mm Aplicação: Uso profissional em hidráulica predial, ideal para fixação de porcas de fixação de pias, cestos de filtros e porcas de linhas de suprimento. Quantidade: 01 Unidade Mínimo de 12 meses de garantia contra defeitos de fabricação, dada a natureza do uso severo em manutenção predial.	636204	unidade	1	R\$ 31,46	R\$ 31,46



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

30	Chaves para Manutenção de Válvula de Descarga (DOCOL) 	329378	unidade	1	R\$ 106,22	R\$ 106,22
	Composição do Kit: Conjunto de ferramentas metálicas projetadas especificamente para a linha de válvulas de descarga da marca Docol. Funcionalidade: Permite realizar a desmontagem, montagem e regulagem de empanques e sedes de válvulas de descarga de maneira segura e precisa. Material: Fabricadas em aço com acabamento zincado/galvanizado, garantindo alta resistência à corrosão (contato com água) e durabilidade mecânica. Compatibilidade: Desenvolvida exclusivamente para manutenção de válvulas de descarga Docol (modelos compatíveis com a referência do fabricante). Quantidade: 01 Unidade Mínimo de 12 meses de garantia contra defeitos de fabricação, dada a natureza do uso severo em manutenção predial.					
31	Chave para Retirar Válvula Hydra com Soquetes 	329378	kit	1	R\$ 268,85	R\$ 268,85
	Composição: Conjunto composto por chave principal e soquetes específicos para os diferentes modelos de válvulas Hydra (como Max, Clean, Pro, entre outras).					



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

		Material: Fabricada em aço carbono de alta resistência com acabamento zincado, conferindo proteção contra oxidação e garantindo o torque necessário para componentes que podem estar travados por calcificação. Diferenciais: o Encaixe preciso que evita o arredondamento das fendas das peças internas da válvula. Haste com braço de torque adequado para operações em espaços confinados. Quantidade: 01 Unidade Mínimo de 12 meses de garantia contra defeitos de fabricação, dada a natureza do uso severo em manutenção predial.					
09	32	Alicate Rebitador Manual Profissional 9,5"  Tamanho: 9,5 polegadas (aproximadamente 240mm). Material do Corpo: Estrutura em aço estampado de alta resistência com acabamento em pintura eletrostática, garantindo proteção contra corrosão e maior vida útil. Capacidade de Operação: Projetado para aplicação de rebites de repuxo de alumínio nos tamanhos: 2,4 mm (3/32"), 3,2 mm (1/8"), 4,0 mm (5/32") e 4,8 mm (3/16"). Diferenciais Técnicos: Acompanha 4 bicos intercambiáveis e uma chave para substituição dos mesmos. Cabo ergonômico com revestimento emborrachado/plástico para maior conforto e segurança durante a pressão. Mola de retorno que facilita a ejeção do mandril (prego) e agiliza o trabalho repetitivo. Quantidade: 02 Unidades Mínimo de 12 meses de garantia contra defeitos de fabricação, dada a natureza do uso severo em manutenção predial.	486503	unidade	2	R\$ 59,98	R\$ 119,96



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

		Marca de Referência de qualidade e resistência dada a natureza do uso severo em manutenção predial: Gedore Robust.					
	33	Rebite de Repuxo em Alumínio (3,2 x 12 mm)  Composição: Corpo fabricado em liga de alumínio e mandril (prego) em aço zincado de alta resistência. Dimensões Nominais: Diâmetro do corpo do rebite: 3,2 mm. Comprimento do corpo do rebite: 12,0 mm. Apresentação: Embalagem tipo caixa contendo 1.000 unidades. Características Técnicas: Fixação rápida e segura através de deformação plástica (repuxo). Acabamento em alumínio que oferece excelente resistência à corrosão atmosférica. Indicado para unir peças onde o acesso é limitado a apenas um dos lados (furo cego). Quantidade: 01 caixa com 1000 unidades Mínimo de 12 meses de garantia contra defeitos de fabricação, dada a natureza do uso severo em manutenção predial.	480801	unidade	1	R\$ 65,25	R\$ 65,25
	34	Alicate Bomba D'água 10" Isolado – Para Eletricista 	616094	unidade	3	R\$ 150,73	R\$ 452,19



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

		Ajuste: Ranhuras de encaixe por botão (tipo push-button) ou cremalheira reforçada que impede o desajuste sob carga. Dentes: Temperados individualmente para dureza de aprox. 61 HRC. Cabo: Revestimento isolante injetado de camada dupla (aviso visual de desgaste). Quantidade: 03 Unidades Mínimo de 12 meses de garantia contra defeitos de fabricação, dada a natureza do uso severo em manutenção predial. Marca de Referência de qualidade e resistência dada a natureza do uso severo em manutenção predial: Gedore					
35	Trena de 50 metros  Comprimento: 50 metros. Caixa plástica fechada de alta resistência; Fita em fibra de vidro com gravação em ambos os lados; Puxador com argola; Manivela para rebobinamento; Graduação da fita em milímetros; Alta durabilidade da fita em ambientes de construção civil; Argola de fixação que permite medições com precisão; Facilidade de recolhimento da fita devido à manivela de rebobinamento; Caixa em ABS com proteção emborrachada contra impactos Largura: entre 12,5 mm e 13 mm de largura. Peso Máximo de 1,0 Kg Classe de Precisão: Classe II Sistema Métrico (padrão no Brasil, expresso em metros, centímetros e milímetros)	327277	unidade	20	R\$ 78,90	R\$ 1.578,00	



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

		Alicate Desencapador de Fios Automático Multiuso (3 em 1)  Alicate de 8" produzido em aço carbono com sistema de antiferrugem, lâminas fabricadas em aço sinterizado (dureza entre 52 - 57 HRC) e cabos com dupla injeção. 36 Mecanismo de Ação: Cabeça em liga de zinco de alta resistência com mecanismo de decapagem automática para condutores de 0,2 mm² a 6,0 mm² (24-10 AWG), sem danificar o núcleo do fio. Funcionalidades Adicionais: Deve possuir cortador de fios integrado e matriz de crimpagem para terminais isolados e não isolados (0,5 mm² a 6,0 mm²). Ajustes de Performance: Equipado com botão de microajuste para regular a força de decapagem em fios muito finos e limitador de distância para garantir o comprimento padrão da área desencapada. Ergonomia: Cabos em polipropileno com revestimento emborrachado (TPR) para maior conforto e controle antideslizante. Quantidade: 03 Unidades Mínimo de 12 meses de garantia contra defeitos de fabricação, dada a natureza do uso severo em manutenção predial. Marca de Referência de qualidade e resistência dada a natureza do uso severo em manutenção predial: Vonder	624152	unidade	3	R\$ 176,95	R\$ 530,85
--	--	---	--------	---------	---	---------------	------------



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

37	Kit de Terminais Tubulares Ilhós (1.200 Peças)  Composição Química: Fabricados em cobre eletrolítico de alta condutividade com acabamento estanhado (proteção contra oxidação e corrosão galvânica). Isolamento: Capa plástica de proteção em polipropileno retardante de chamas, com código de cores padronizado por bitola para identificação rápida. Variedade do Kit: Deve contemplar: 200 peças - terminal ilhós simples tubo 0,5mm x 0,8mm – branco; 200 peças - terminal ilhós simples tubo 0,75mm x 0,8mm – cinza; 200 peças - terminal ilhós simples tubo 1,0mm x 0,8mm – vermelho; 250 peças - terminal ilhós simples tubo 1,5mm x 0,8mm – preto; 250 peças - terminal ilhós simples tubo 2,5mm x 0,8mm – azul; 50 peças - terminal ilhós simples tubo 4,0mm x 0,9mm – cinza; 25 peças - terminal ilhós simples tubo 6,0mm x 1,2mm – amarelo; 25 peças - terminal ilhós simples tubo 10,0mm x 1,2mm – vermelho;. Acondicionamento: Estojo organizador plástico com divisórias fixas e tampa transparente com trava de segurança para evitar mistura das peças. Quantidade: 02 Jogos Mínimo de 12 meses de garantia contra defeitos de fabricação, dada a natureza do uso severo em manutenção predial.	443572	jogo	02	R\$ 61,86	R\$ 123,72
38	Chave de Manutenção Pressmatic Antivandalismo	329378	unidade	1	R\$ 234,70	R\$ 234,70



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

		 Material: Fabricada em aço temperado com acabamento superficial zincado, oferecendo alta resistência ao torque e proteção contra oxidação em ambientes úmidos. Características: Design com pinos ou encaixes específicos que se acoplam perfeitamente às fendas de segurança dos componentes Pressmatic. Aplicação: Uso profissional exclusivo em manutenção hidráulica predial. Quantidade: 01 Unidade Mínimo de 12 meses de garantia contra defeitos de fabricação, dada a natureza do uso severo em manutenção predial.					
39	Cortador de Tubos de PVC (Capacidade 42 mm)  Capacidade de Corte: Projetado para tubos com diâmetro externo de até 42 mm. Material do Corpo: Fabricado em alumínio fundido de alta resistência, garantindo leveza e durabilidade para uso contínuo. Lâmina: Fabricada em aço inoxidável ou aço liga de alta dureza, com tratamento térmico, proporcionando um corte limpo, rápido e sem deformar o tubo. Mecanismo: Sistema de catraca reforçado que permite o corte progressivo com	607560	unidade	3	R\$ 111,58	R\$ 334,74	



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

		menor esforço manual, aumentando a produtividade e a precisão do operador. Segurança: Possui trava de fechamento para armazenamento seguro e cabo ergonômico que evita o deslizamento das mãos durante o acionamento. Quantidade: 03 Unidades Mínimo de 12 meses de garantia contra defeitos de fabricação, dada a natureza do uso severo em manutenção predial. Marca de Referência de qualidade e resistência dada a natureza do uso severo em manutenção predial: Vonder					
	40	Morsa de Bancada para Furadeira 6"  Material do Corpo: Fabricada em ferro fundido nodular de alta resistência, garantindo absorção de vibrações e durabilidade contra impactos. Dimensões do Mordente: Largura de 152 mm (6 polegadas). Capacidade de Abertura: Abertura máxima de 152 mm (6 polegadas). Mecânica e Fuso: Fuso em aço com rosca trapezoidal, garantindo aperto firme e suave sem folgas excessivas. Manípulo em aço polido com extremidades arredondadas para segurança do operador. Base e Fixação: Base plana com furos laterais alongados (rasgos) para fixação rápida e precisa em mesas de furadeiras de bancada ou fresadoras, permitindo o ajuste de coordenadas. Aplicação: Uso industrial/profissional em oficinas mecânicas para fixação de peças metálicas ou de madeira durante processos de furação e usinagem leve. Quantidade: 01 Unidade Mínimo de 12 meses de garantia contra defeitos de fabricação, dada a natureza do uso severo em manutenção predial.	609186	unidade	1	R\$ 484,62	R\$ 484,62
	Tot al						R\$ 26.193,79



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

- 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como natureza comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **30 (trinta) dias** contados da data da notificação de fornecimento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

- 1.6. O **CONTRATADO** não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:
 - I. ID PCA no PNCP: 63025530000104-0-000018/2026
 - II. Data de publicação no PNCP: 13/06/2025
 - III. Id do item no PCA: 4347 a 4354;
 - IV. Classe/Grupo: 5110, 5120, 5210, 5130, 5180
 - V. Identificador da Futura Contratação: 885/2026
 - VI. Informações Adicionais: DFDs nº 03/2025, 09/2025, 403/2025, 549/2025, 888/2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:
 - 4.1.1. Em cumprimento aos requisitos dispostos no “Guia Nacional de Licitações Sustentáveis-AGU”, o **CONTRATADO** deverá observar no que couber, as



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

diretrizes de sustentabilidade ambiental expressas. (disponível em: <https://www.gov.br/aqu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>);

4.1.2. Para os itens 12, 13 e 14, são exigidos:

A contratação destes materiais deve observar critérios de sustentabilidade, alinhados às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei no 12.305/2010) e às boas práticas ambientais, a fim de minimizar impactos ao meio ambiente e promover o uso eficiente de recursos. Dessa forma, os seguintes requisitos serão priorizados na aquisição:

a) Materiais utilizados na fabricação dos itens são recicláveis e logística reversa: os fornecedores deverão demonstrar a adoção de boas práticas de descarte e reciclagem para os produtos ao final da vida útil, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

b) Baixa emissão de poluentes: o transporte e entrega dos itens deverão, sempre que possível, ser realizados por meio de modais sustentáveis ou fornecedores que adotem programas de compensação de carbono na logística.

c) Durabilidade e manutenção: será priorizada a aquisição de equipamentos com maior vida útil e possibilidade de manutenção, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e, conseqüentemente, a geração de resíduos.

d) Redução de resíduos na embalagem: Os fornecedores deverão adotar embalagens recicláveis ou biodegradáveis, reduzindo o uso de plásticos de difícil reciclagem e minimizando o impacto ambiental do descarte de materiais de acondicionamento.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias**, contados da data da notificação de fornecimento, em remessa única.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **10 (dez) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Observações: para os itens **01 a 11, 16, 17, 18, 19, 21 a 34, 36 a 40**:
 - Originalidade e Integridade: Todos os itens deverão ser entregues em suas embalagens originais de fábrica, lacradas, contendo manuais de instrução (quando aplicável) e certificados de garantia. Não serão aceitas ferramentas com sinais de uso, oxidação ou gravação de terceiros.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

- Gravação em Baixo Relevo: Como critério de aceitação, as ferramentas manuais de aço (chaves e alicates) devem possuir a gravação permanente no corpo da peça indicando o fabricante e o material de composição (ex: CrV ou Chrome Vanadium).
- Certificação de Isolação: Para os itens de segurança elétrica (alicates e chaves isoladas), a contratada deverá apresentar, no ato da entrega, o laudo ou certificado de conformidade com a norma NBR IEC 60900 (ou certificação VDE), sob pena de recusa do lote.
- Acondicionamento: Os jogos e kits (soquetes, brocas, chaves hexagonais) devem ser entregues obrigatoriamente dentro de seus respectivos estojos/maletas organizadores, conforme descrito no Memorial Descritivo, não sendo aceita a entrega de peças avulsas.
- Conferência Técnica: O recebimento definitivo está condicionado à conferência técnica detalhada de cada item. Caso algum item não atenda às especificações de torque, dureza ou material exigidas, o lote será devolvido integralmente para substituição.

5.4. Os bens e materiais deverão ser entregues no seguinte endereço:

ITENS 01 a 11, 16, 17, 18, 19, 21 a 34, 36 a 40 - Serviço de Manutenção e Obras da Escola Politécnica da USP

Responsável pelo recebimento:

José Pereira de Gouveia - Serviço de Manutenção e Obras EP USP

e-mail pereira.josepereira@usp.br; telefones (11) 3091-5521; 5391 e 9026

site: <https://www.poli.usp.br/gestao-e-administracao/assistencia-tecnica-administrativa/servico-de-manutencao-e-obras/>

Responsável pelo setor: Gilmara Aparecida dos Santos

Local de Entrega: Av. Professor Lúcio Martins Rodrigues, Travessa das Nações, 122

Horário de entrega: Dias úteis, das 8 às 16 horas.

ITENS 12 a 14 - PME - Departamento de Engenharia Mecânica

Responsáveis pelo recebimento:

Eric Piaga Pessoa Lima da Silva (11) 3091-9680;

Fernão de Melo Constanzo (11) 3091-9680;

Vanessa Riul de Freitas Orsi (11) 3091-5570.

Local de entrega: Av. Prof. Mello Moraes, 2231 – CEP 05508-030 - Cidade Universitária – São

Paulo – SP.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

Horário de entrega: Dias úteis, das 8 às 18 horas.

ITEM 15 - PTC - Departamento de Engenharia de Telecomunicações e Controle

Responsável pelo recebimento: Prof. Murilo Hiroaki Seko

murilo@lcs.poli.usp.br - (11) 3091-5508

Local de entrega: Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa do Politécnico, no 158 - Cidade Universitária, São Paulo - SP, CEP 05508-010

Horário de entrega: Dias úteis, das 8 às 18 horas.

ITENS 20 e 35 - PTR - Departamento de Engenharia de Transportes

Responsável pelo recebimento: EDVALDO SIMÕES DA FONSECA JUNIOR

Local de Entrega: Depto. Engenharia de Transportes - Laboratório de Topografia e Geodésia (LTG) - Prédio de Engenharia Civil - Avenida Prof. Almeida Prado, nº 83, Travessa do Biênio - Cidade Universitária - 05508-070

Horário de entrega: Dias úteis, das 8 às 18 horas.

GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 5.4. Para os itens 20 e 35, o prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 5.5. Para o item 15, o prazo de garantia é de 06 meses.
- 5.6. Para os itens 01 a 14, 16, 17, 18, 19, 21 a 34, 36 a 40 o prazo de garantia é de 12 meses.
- 5.7. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o **CONTRATADO** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. A Universidade de São Paulo poderá convocar representante do **CONTRATADO** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou outro instrumento equivalente (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação), o órgão ou entidade poderá convocar o representante do **CONTRATADO** para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do **CONTRATADO**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).
- 6.9. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições do objeto executado e aprovará a planilha de medição emitida pelo **CONTRATADO** (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).
- 6.10. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).
- 6.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).
- 6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).
- 6.15. Sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, o **CONTRATADO** deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

- 6.16. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).
- 6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).
- 6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).
- 6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).
- 6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).
- 6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze)** dias, a contar da notificação do **CONTRATADO**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **30 (trinta)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao **CONTRATADO** para emissão de Nota Fiscal/Fatura relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**;
- 7.10. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

Prazo de pagamento

- 7.12. O pagamento será efetuado no prazo não inferior a **28 (vinte e oito)** dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023 e da Portaria GR nº 8249/2023.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

7.12.1. São condições para a liberação do pagamento:

- a) O recebimento definitivo do objeto;
- b) A entrega da documentação fiscal completa;
- c) A não existência de registro do **CONTRATADO** no Cadin Estadual, cuja consulta deverá ser feita pelo **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 6º, inciso II e parágrafo 1º da Lei Estadual nº 12.799/2008 c.c. artigo 7º, inciso II e parágrafo 1º do Decreto Estadual nº 53.455/2008.

7.13. Havendo atraso no pagamento dos contratos celebrados pela Universidade de São Paulo, por razões não imputáveis ao **CONTRATADO**, o valor devido será atualizado monetariamente pelo **IPC-FIPE** na forma da legislação aplicável, calculado pro rata temporis em relação ao atraso verificado, tornando-se passível de responsabilização aquele que der causa ao atraso imotivado.

7.13.1. Não será considerado atraso o período de suspensão dos pagamentos em razão do descumprimento das condições fixadas em contrato, nem as retenções para compensação com eventuais multas e prejuízos causados à Universidade ou a terceiros.

7.13.2. O pagamento da atualização financeira estabelecida neste artigo dependerá de requerimento a ser formalizado pelo **CONTRATADO**.

7.14. Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos (Nota Fiscal, Fatura e demais documentos exigíveis) para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.

7.15. Caso não ocorra a regularização no prazo definido no item anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até 07 (sete) dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.

7.16. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

7.17. Caso sejam constatadas irregularidades na execução do objeto contratado, será descontada do pagamento a importância correspondente ao descumprimento, sem prejuízo da eventual rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades cabíveis.

Forma de pagamento

7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do **CONTRATADO** no Banco do Brasil S/A, ficando terminantemente vedada a negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.19.1. O **CONTRATANTE** poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.19.2. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.20. O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

- 8.2. O fornecimento do objeto será integral

Exigências de habilitação

- 8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

- 8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- 8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- 8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.9.1. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

- 8.11. **Agricultor familiar:** Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF válido, Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP ativa, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, nos termos do artigo 2º, § 3º, do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023.
- 8.12. **Produtor Rural pessoa física:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022 (artigos 15 a 17 e 146).
- 8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**), conforme o caso.
- 8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (**RFB**) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (**PGFN**), **referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU)** por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**).
- 8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**CNDT**) ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 8.19. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual (Certidão de Débitos tributários Inscritos na Dívida Ativa)**, em se tratando de compras e serviços com fornecimento de bens e/ou **Municipal (Certidão de Tributos Mobiliários)** no caso de serviços, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

- 8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples.
- 8.23. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.
- 8.23.1. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.
- 8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

- 8.26. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista neste subitem por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 8.27. Comprovação de capacidade operacional para execução de fornecimento similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.28.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):
- 8.28.1.1. Fornecimento do Objeto;
- 8.28.1.2. Comprovação da execução de contrato de mesma natureza, relativo a objeto pertinente e compatível com a desta licitação;
- 8.28.1.3. Identificação da entidade emitente, com razão social, CNPJ, endereço completo dado para contato;
- 8.28.1.4. Descrição dos serviços/ materiais fornecidos;
- 8.28.1.5. Assinatura e identificação da pessoa física responsável pela emissão (nome completo e cargo exercido na entidade);
- 8.28.1.6. Data e local de emissão;
- 8.28.1.7. Os atestados de desempenho anterior podem referir-se a contratos executados pela matriz e/ou filial da empresa licitante.
- 8.28.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de fornecimento similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de fornecimentos executados de forma concomitante.
- 8.28.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 8.28.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentado, quando solicitado pela Administração,



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do **CONTRATANTE** e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Outras comprovações

8.28. Tratando-se de **CONSÓRCIO**, caso admitida a sua participação:

8.28.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a. Designação do consórcio e sua composição.
- b. Finalidade do consórcio;
- c. Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d. Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e. Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f. Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g. Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h. Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem;

8.28.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.28.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei federal nº 14.133/2021.

8.28.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.29. Caso admitida a participação de **COOPERATIVAS**, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021:

8.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

- 8.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.29.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- 8.29.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;
- 8.29.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 8.29.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- 8.29.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.
- 8.30. Todos os documentos necessários para habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste TR/contrato, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.
- 8.30.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico (§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).
- 8.30.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital (§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 26.193,79 (vinte e seis mil, cento e noventa e três reais e setenta e nove centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela acima**.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.
- 9.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I. Gestão/Unidade: 03 - Escola Politécnica;
 - II. Fonte de Recursos: Tesouro;
 - III. Programa de Trabalho: 364;
 - IV. Elemento de Despesa: 339030 e 449052;



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

São Paulo, 20 de julho de 2026

Camila Hoshino Sborja
Servidora



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL

À ESCOLA POLITÉCNICA DA USP

Prezados Senhores,

Pela presente, apresentamos e submetemos à apreciação de V.SAS., nossa Proposta Comercial, observada a descrição dos itens constantes do Anexo I – Termo de Referência:

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

SITE:

EMAIL:

TELEFONE:

NOME DO REPRESENTANTE:

Observação: Nos valores apresentados deverão estar incluídos, além do lucro, todas e quaisquer despesas de responsabilidade do Proponente que, direta ou indiretamente, decorram do fornecimento do objeto licitado. Não será admitida a proposta parcial, isto é, a oferta deverá abranger a integralidade do item de interesse da Proponente.

2. PROPOSTA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

3. DAS DEMAIS CONDIÇÕES DA PROPOSTA

- Prazo de garantia:
- Prazo de entrega:
- Prazo da proposta:
- Prazo de pagamento: 28 dias corridos
- Conta Bancária:



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

Declaramos total concordância com os termos do Edital, do Termo de Referência e das condições da presente licitação.

.....de.....de.....

(Local)

(Data)

.....
(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA/CARGO)



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

ANEXO III – ORIENTAÇÕES SOBRE A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

Em razão da publicação da IN RFB nº 2.145/2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012, a Universidade de São Paulo, na condição de Autarquia Especial do Governo do Estado de São Paulo, deverá realizar a retenção na fonte do valor correspondente ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente sobre rendimentos pagos às pessoas jurídicas contratadas para fornecimento de bens e prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, observadas as disposições da Lei nº 9.430/1996, do Decreto nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda) e da Portaria Conjunta CGE/CAF nº 01/2023.

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023

Por decorrência, será de exclusiva responsabilidade da pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço destacar no documento fiscal a alíquota a ser descontada, observadas as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e a coluna “IR (02)” do Anexo I da mesma Instrução ou, quando amparados por isenção, não incidência ou alíquota zero, destacar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do Imposto sobre a Renda (IR) ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou do serviço.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 – EP

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE MATERIAL EM GARANTIA

Eu.....(nome completo), representante legal da empresa(nome da pessoa jurídica) participante do processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO No / - EP, da Universidade de São Paulo, promovido por intermédio da Escola Politécnica, declaro para os devidos fins que durante o período de garantia dos bens, tanto este quanto as partes/peças que o compõem e que apresentarem defeitos serão reparados e/ou trocados e todas as despesas inerentes à reposição e transporte destes correrão por conta desta licitante, não cabendo à Universidade quaisquer ônus, em especial no que concerne ao envio, se necessário, de itens danificados ao fornecedor e/ou assistência técnica indicada.

.....de.....de.....

(Local) (Data)

(Nome e assinatura do representante legal da Licitante)



USPAssina - Autenticação digital de documentos da USP

Registro de assinatura(s) eletrônica(s)

Este documento foi assinado de forma eletrônica pelos seguintes participantes e sua autenticidade pode ser verificada através do código 4YGV-XTFI-AL25-PRKQ no seguinte link: <https://portalservicos.usp.br/iddigital/4YGV-XTFI-AL25-PRKQ>

Camila Hoshino Sborja

Nº USP: 5226644

Data: 20/07/2026 14:09

Perfil assinante:: Compradora

Gilberto Francisco Martha de Souza

Nº USP: 67179

Data: 20/07/2026 15:08

Perfil assinante:: Diretor